Editorial

UM PLANO B DOS ÔNIBUS

Belo Horizonte e a região metropolitana já têm um serviço de transporte coletivo urbano com muitas deficiências. Quando ocorre a eventualidade de uma greve de trabalhadores do setor, como é o caso presente dos empregados no serviço de ônibus, o cotidiano da região entra em colapso, chegando ao caos.

Foi o que aconteceu ontem, principalmente em Belo Horizonte, onde parte da população teve de tirar das garagens seus automóveis. Resultado: congestionaram-se os principais corredores de tráfego e outros serviços de transporte, como o metrô e os táxis, além de desentocar o transporte clandestino.

Cerca de 700 mil usuários do serviço de ônibus foram prejudicados e tiveram de se virar para atender a seus compromissos, como chegar ao trabalho, à escola, a uma consulta médica. Os negócios e os outros serviços também se ressentiram da situação com a falta de funcionários e de clientes.

A greve é um direito constitucional dos trabalhadores. Mas, na sociedade atual, não é mais uma questão que interessa exclusivamente aos trabalhadores e seus empregadores. Com frequência cada vez maior, a comunidade é a principal prejudicada pelas paralisações, não obstante seja a financiadora do sistema.

O poder público procura se assegurar, em contrato com as concessionárias, de que, na eventualidade de uma greve, um mínimo de prestação de serviço será mantido. Na realidade, isso nem sempre acontece, já que os grevistas usam de vandalismo e outras formas de coerção para interromper completamente o serviço.

Sempre haverá conflitos de interesses em que trabalhadores reclamam aumento de salário de seus empregadores. Mas, enquanto as partes não chegam a um acordo, o poder público tem que trabalhar no sentido de oferecer alternativas de transporte à população. É a única forma de amenizar seu desconforto.

A cidade não pode ficar refém dos ônibus. Precisa de um Plano B.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Luiz Alberto de Castro Tito
DIRETOR EXECUTIVO Teodomiro Braga
DIRETOR FINANCEIRO Marcos de Oliveira e Souza

GERENTE COMERCIAL Leandro Figueiredo
GERENTE DE TECNOLOGIA Fábio A. Santos
GERENTE INDUSTRIAL Guilherme Reis
GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO Walmir Prado
GERENTE DE MARKETING Alessandra Soares
GERENTE DE CIRCULAÇÃO Isabel Santos

EDITORA EXECUTIVA Lúcia Castro
SECRETÁRIAS DE REDAÇÃO Michele Borges da Costa, Regiane Marques Sampaio
ADJUNTA DA SECRETARIA DE REDAÇÃO Aline Reskalla
EDITORES
Primeira Página: Robert Wagner
Opinião: Victor de Almeida
Economia: Karlon Aredes
Política: Carla Kreefft
Magazine: Silvana Mascagna
Fotografia: Leonardo Lara
Brasil/Mundo: Carla Chein
Esportes: Denner Taylor
Cidades: Carla Alves

O.PINIÃO

Duke

www.dukechargista.com.br

FÁTIMA OLIVEIRA
Médica
fatimaoliveira@ig.com.br

Doentes transportados como animais sem dono e destino

Estado tem de zelar pelo direito à vida do seu povo

Às 17h30 do dia 17 de fevereiro de 2010, sem contato, eis que chega uma ambulância-UTI do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios Sul Mineiros (Cissul), placa HMG-3095, Varginha-MG, transportando uma doente dependente de oxigênio, de 19 anos, acompanhada da mãe e do motorista. Espantada, indaguei: "Cadê o médico?". "Não veio", disse o motorista. Insisti: "Transportou uma doente grave por 323 km, numa viagem de cerca de quatro horas e meia, sozinho?". Apenas balançou a cabeça afirmativamente. "E se eu não puder recebê-la, o que vai fazer?"

Recebê-la condignamente eu não podia, pois, àquela hora, num lugar no qual cabem 45 pacientes, nem ponto de oxigênio disponível havia, pois já totalizavam 65. Reinava a insegurança. A doente agonizava numa cadeira, pois nem maca havia, com a bala de oxigênio ao seu lado. Ou ela ficaria ali ou morreria peregrinando vaga em Beagá. O caso ilustra e é exemplar de total desrespeito pelo ser humano: a "prefeiturização" da crueldade.

Ambulâncias singram estradas dia e noite sem parar, rumo a Belo Horizonte. A maioria sequer segue as normas de transferência de doentes graves: contato prévio com o lugar de destino ou transferência pela Central de Leitos. Chegam desacompanhados de médico e sem documentação de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), obrigatória para remoção de doentes que residem fora de regiões metropolitanas e a mais de 50 km do local de destino de uma ambulância – a portaria nº 55, de 24.2.1999, da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, velha conhecida de todos os secretários municipais de Saúde de Minas.

Ao acolher uma pessoa que chega assim, tenho plena consciência de que compactuamos com a irresponsabilidade governamental para com um ser humano vulnerável, cuja vida está em risco. Porém, diante da vida humana em jogo, a gente faz opção pela vida, que também pode ser ato temerário quando não se dispõe mais de respirador nem de monitor. E, assim, o ciclo vicioso se perpetua. E é nisso que prefeitos irresponsáveis e secretários de Saúde abaixo da crítica confiam. Fazer o quê?

> Ambulâncias singram estradas dia e noite, rumo a Belo Horizonte. É a "prefeiturização" da crueldade. Chegam desacompanhadas de médico e documentos

Se no momento assistimos de mãos atadas a tais descalabros, não quer dizer que será assim para todo o sempre, amém. Já passou da hora de o secretário de Estado da Saúde assumir o inteiro teor da ética da responsabilidade no seu dever de ofício: gerenciar a saúde em Minas, o que tem, como decorrência direta, colocar um ponto final em desrespeitos como o que relatei, que acontecem cotidianamente e até parecem naturais e normais.

O natural e esperado é que qualquer família decente diante de um familiar doente busque os meios de tratá-lo. É natural que se dirija às autoridades de sua cidade em busca de uma solução. O imoral é que as autoridades locais só respondam disponibilizando uma ambulância para deixar o doente na capital e não se preocupem com o que vai acontecer! Via de regra, a coisa funciona assim.

Urge dar um basta nessa imoralidade generalizada. Até quando o governo permitirá que o povo seja tratado assim? Nem animais são transportados sem destino e abandonados em qualquer porta de hospital! Urge punir quem dá ordem de transportar doentes como animais sem dono e sem destino.

Urge que o Estado assuma sua responsabilidade primordial: zelar pelo direito à vida do seu povo. Nem mais, nem menos! Doentes mineiros e os que estão mineiros são de responsabilidade do governo. Se não, pra quê governo?

DUKE